

## CEDANT ARMA TOGAE

Em 1967 resolvi fazer concurso público para ingressar na magistratura. Quase ninguém queria ser juiz porque o cargo envolvia graves responsabilidades, exigia sacrifícios gigantescos e renúncia a bens materiais, inclusive ao enriquecimento. O juiz, na prática, fazia voto de pobreza. Ninguém pleiteava aumento de vencimentos, coisa considerada imprópria para não dizer antiética.

De fato ganhava-se mal. Lembro-me que pouco antes de deixar a advocacia terminei um inventário por cujo serviço recebi de honorários o que o juiz levaria quase um ano para ganhar de vencimento. Resolvi correr o risco de viver monasticamente. Aceitei servir em comarcas sem saneamento básico, infra-estrutura inadequada, inclusive quanto a livros de pesquisa, valendo-me então da minha pequena biblioteca para os eventuais desapertos jurídicos.

Não havia ainda os Códigos de Theotônio Negrão e a assessoria de hoje. Na minha primeira comarca fui morar numa meia-água com conforto rudimentar, perto de um campo de pouso de aviões monomotores. Cedo, quando puxava a água da cisterna, punha o balde em cima da parte cimentada e então retirava as baratas, grilos e outros insetos para depois ferver a água e fazer a higiene matinal. A tudo nos submetíamos empolgados com as lições dos doutos que exaltavam a nobre função de julgar, conforme se lê na Oração aos Moços, de Rui Barbosa.

Havia ainda a promessa de se cumprirem as disposições constitucionais, com respeito ao direito adquirido ao fim da jornada. Aos poucos a magistratura cresceu e criou a consciência do interesse comunitário, às vezes encontrando a compreensão dos governantes. Foi então que nasceram as conquistas de alguns direitos já assegurados a outros profissionais, para tornar a carreira mais atrativa, o que de fato ocorreu, vindo para o nosso estado inteligências brilhantes que engrandeceram a magistratura, a qual por volta dos anos 90 foi considerada a melhor do país, conforme pesquisa levada a efeito por um dos mais destacados jornais diários da capital de São Paulo.

Mas não se pode esquecer os juízes da primeira hora que aplainaram os caminhos, datilografando a própria sentença com máquina manual, sem assessoria, ar condicionado, computador, etc.

O Juiz que sacrificou seu lazer, o convívio familiar, a própria saúde com as conseqüências que apareceram nas proximidades da tão sonhada aposentadoria,

não merece a ingratidão de ver suas expectativas justas jogadas no ralo com a incompreensão de pessoas que só podem estar agindo como agem por desconhecimento da história.

À OAB, principalmente, ao seguimento de velhos advogados mais antigos, cabe testemunhar a procedência desses reclamos. Quem esquece a história corre o risco de repeti-la, disse Santayana. A sociedade poderá voltar a assistir novamente ao desestímulo pelo ingresso na carreira de magistrado, que acabará sobrando para aventureiros e oportunistas despreparados sem vínculo com o ideal de servir com o espírito elevado.

Cícero, o cônsul romano, usou o hemistíquio que dá título a este artigo para exprimir que o governo militar, representado pelas armas, não se deve sobrepor ao governo civil, representado pela toga.

Rui Garcia Dias

Fevereiro/2007